



# EBSERH

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Assistente Social

**EDITAL Nº 03 – EBSERH/NACIONAL – ÁREA  
ASSISTENCIAL, DE 02 DE OUTUBRO DE 2023**

**CÓD: SL-0350T-23  
7908433243151**

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos. ....	9
2. Tipologia textual e gêneros textuais. ....	12
3. Ortografia oficial. ....	18
4. Acentuação gráfica.....	20
5. Classes de palavras. ....	21
6. Uso do sinal indicativo de crase. ....	29
7. Sintaxe da oração e do período. ....	30
8. Pontuação.....	32
9. Concordância nominal e verbal. ....	34
10. Regência nominal e verbal.....	36
11. Significação das palavras.....	38

## Raciocínio Lógico

1. Noções de Lógica. ....	47
2. Diagramas Lógicos: conjuntos e elementos. ....	48
3. Lógica da argumentação.....	49
4. Tipos de Raciocínio. ....	50
5. Conectivos Lógicos. ....	54
6. Proposições lógicas simples e compostas. ....	56
7. Elementos de teoria dos conjuntos, ....	58
8. análise combinatória e probabilidade ....	59
9. Resolução de problemas com frações ....	62
10. conjuntos ....	65
11. porcentagens ....	67
12. sequências com números, figuras, palavras.....	68

## Legislação - EBSE RH

1. Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 ....	71
2. Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011 ....	73
3. Regimento Interno da Ebserh (Aprovado na 155ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2023).....	77
4. Código de Ética e Conduta da Ebserh - Princípios Éticos e Compromissos de Conduta – Segunda Edição (2020) .....	98
5. estatuto Social da Ebserh (Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de maio de 2023).....	101
6. Regulamento de Pessoal da Ebserh .....	114
7. Norma Operacional de Controle Disciplinar da Ebserh (atualizado em 17/01/2023, art. 1º ao art. 6º; art. 28 ao art. 45).....	121
8. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0 .....	124
9. Lei 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública) .....	163

## Legislação - SUS

1. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS)– princípios, diretrizes e arcabouço legal .....	185
2. Controle social no SUS .....	192
3. Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.....	195
4. Constituição Federal 1988, Título VIII - artigos de 194 a 200.....	197
5. Lei Orgânica da Saúde - Lei n.º 8.080/1990 .....	200
6. Lei n.º 8.142/1990 .....	210
7. Decreto Presidencial n.º 7.508, de 28 de junho de 2011.....	211
8. Determinantes sociais da saúde .....	214
9. Sistemas de informação em saúde .....	215
10. RDC n.º 63, de 25 de novembro de 2011 que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde .....	220
11. Resolução CNS n.º 553, de 9 de agosto de 2017, que dispõe sobre a carta dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde.....	224
12. RDC n.º 36, de 25 de julho de 2013 que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.....	228
13. Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) .....	230

## Conhecimentos Específicos Assistente Social

1. O Serviço Social na América Latina .....	237
2. A formação profissional do Assistente Social na sociedade brasileira. Reflexões e atitudes que possibilitam uma prática profissional mais dinâmica. ....	238
3. Leis integracionistas e Inclusivas.....	238
4. O Serviço Social com o compromisso da implementação dos princípios previstos em lei. ....	239
5. Política de Seguridade Social. ....	239
6. Construção do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social .....	252
7. Prática Profissional X Prática Social X Prática Institucional .....	252
8. Ética profissional .....	256

**IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO**

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

**CACHORROS**

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

**IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS****Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

***Ironia verbal***

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

***Ironia de situação***

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

ou é falsa, não havendo mais nenhuma opção, ou seja, excluindo uma nova (como são duas, uma terceira) opção).

**DICA:** Vimos então as principais estruturas lógicas, como lidamos com elas e quais as regras para *jogarmos este jogo*. Então, escreva várias frases, julgue se são proposições ou não e depois tente traduzi-las para a linguagem simbólica que aprendemos.


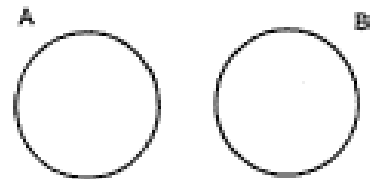
**DIAGRAMAS LÓGICOS: CONJUNTOS E ELEMENTOS.**

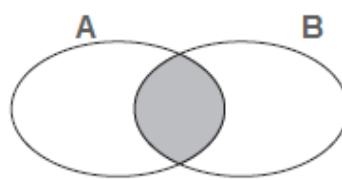
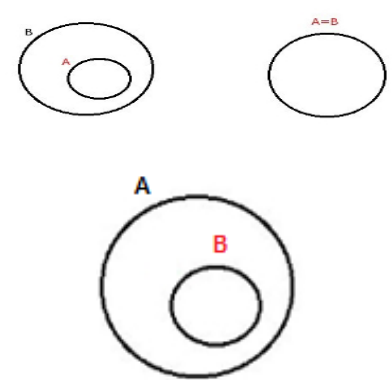
**Diagramas lógicos**

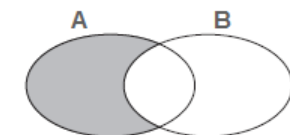
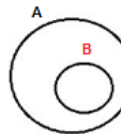

Os diagramas lógicos são usados na resolução de vários problemas. É uma ferramenta para resolvermos problemas que envolvam argumentos dedutivos, as quais as premissas deste argumento podem ser formadas por proposições categóricas.

**ATENÇÃO:** É bom ter um conhecimento sobre conjuntos para conseguir resolver questões que envolvam os diagramas lógicos.

Vejamos a tabela abaixo as proposições categóricas:

TIPO	PREPOSIÇÃO	DIAGRAMAS
A	TUDO A é B	 <p>Se um elemento pertence ao conjunto A, então pertence também a B.</p>
E	NENHUM A é B	 <p>Existe pelo menos um elemento que pertence a A, então não pertence a B, e vice-versa.</p>

I	ALGUM A é B	 <p>Existe pelo menos um elemento comum aos conjuntos A e B. Podemos ainda representar das seguintes formas:</p> 
---	----------------	--

O	ALGUM A NÃO é B	   <p>Perceba-se que, nesta sentença, a atenção está sobre o(s) elemento (s) de A que não são B (enquanto que, no “Algum A é B”, a atenção estava sobre os que eram B, ou seja, na intercessão). Temos também no segundo caso, a diferença entre conjuntos, que forma o conjunto A - B</p>
---	--------------------	---

**Exemplo:**  
(GDF-ANALISTA DE ATIVIDADES CULTURAIS ADMINISTRAÇÃO – IADES) Considere as proposições: “todo cinema é uma casa de cultura”, “existem teatros que não são cinemas” e “algum teatro é casa de cultura”. Logo, é correto afirmar que

## Responsabilidades dos entes que compõem o SUS

### União

A gestão federal da saúde é realizada por meio do Ministério da Saúde. O governo federal é o principal financiador da rede pública de saúde. Historicamente, o Ministério da Saúde aplica metade de todos os recursos gastos no país em saúde pública em todo o Brasil, e estados e municípios, em geral, contribuem com a outra metade dos recursos. O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Para a realização dos projetos, depende de seus parceiros (estados, municípios, ONGs, fundações, empresas, etc.). Também tem a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

### Estados e Distrito Federal

Os estados possuem secretarias específicas para a gestão de saúde. O gestor estadual deve aplicar recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União. Além de ser um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais de saúde, o estado formula suas próprias políticas de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal. Os gestores estaduais são responsáveis pela organização do atendimento à saúde em seu território.

### Municípios

São responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território. O gestor municipal deve aplicar recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado. O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal. Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

### História do sistema único de saúde (SUS)

As duas últimas décadas foram marcadas por intensas transformações no sistema de saúde brasileiro, intimamente relacionadas com as mudanças ocorridas no âmbito político-institucional. Simultaneamente ao processo de redemocratização iniciado nos anos 80, o país passou por grave crise na área econômico-financeira.

No início da década de 80, procurou-se consolidar o processo de expansão da cobertura assistencial iniciado na segunda metade dos anos 70, em atendimento às proposições formuladas pela OMS na Conferência de Alma-Ata (1978), que preconizava "Saúde para Todos no Ano 2000", principalmente por meio da Atenção Primária à Saúde.

Nessa mesma época, começa o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, constituído inicialmente por uma parcela da intelectualidade universitária e dos profissionais da área da saúde. Posteriormente, incorporaram-se ao movimento outros segmentos da sociedade, como centrais sindicais, movimentos populares de saúde e alguns parlamentares.

As proposições desse movimento, iniciado em pleno regime autoritário da ditadura militar, eram dirigidas basicamente à construção de uma nova política de saúde efetivamente democrática, considerando a descentralização, universalização e unificação como elementos essenciais para a reforma do setor.

Várias foram as propostas de implantação de uma rede de ser-

viços voltada para a atenção primária à saúde, com hierarquização, descentralização e universalização, iniciando-se já a partir do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), em 1976.

Em 1980, foi criado o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE) - que, na realidade, nunca saiu do papel -, logo seguida pelo plano do Conselho Nacional de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP), em 1982 a partir do qual foi implementada a política de Ações Integradas de Saúde (AIS), em 1983. Essas constituíram uma estratégia de extrema importância para o processo de descentralização da saúde.

A 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada em março de 1986, considerada um marco histórico, consagra os princípios preconizados pelo Movimento da Reforma Sanitária.

Em 1987 é implementado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), como uma consolidação das Ações Integradas de Saúde (AIS), que adota como diretrizes a universalização e a equidade no acesso aos serviços, à integralidade dos cuidados, a regionalização dos serviços de saúde e implementação de distritos sanitários, a descentralização das ações de saúde, o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos.

O capítulo dedicado à saúde na nova Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, retrata o resultado de todo o processo desenvolvido ao longo dessas duas décadas, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que "a saúde é direito de todos e dever do Estado" (art. 196).

Entre outros, a Constituição prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com regionalização e hierarquização, descentralização com direção única em cada esfera de governo, participação da comunidade e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

A Lei nº 8.080, promulgada em 1990, operacionaliza as disposições constitucionais. São atribuições do SUS em seus três níveis de governo, além de outras, "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde" (CF, art. 200, inciso III).

### Princípios do SUS

São conceitos que orientam o SUS, previstos no artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 7º do Capítulo II da Lei nº 8.080/1990. Os principais são:

**Universalidade:** significa que o SUS deve atender a todos, sem distinções ou restrições, oferecendo toda a atenção necessária, sem qualquer custo;

**Integralidade:** o SUS deve oferecer a atenção necessária à saúde da população, promovendo ações contínuas de prevenção e tratamento aos indivíduos e às comunidades, em quaisquer níveis de complexidade;

**Equidade:** o SUS deve disponibilizar recursos e serviços com justiça, de acordo com as necessidades de cada um, canalizando maior atenção aos que mais necessitam;

**Participação social:** é um direito e um dever da sociedade participar das gestões públicas em geral e da saúde pública em particular; é dever do Poder Público garantir as condições para essa participação, assegurando a gestão comunitária do SUS; e

**Descentralização:** é o processo de transferência de responsabilidades de gestão para os municípios, atendendo às determinações constitucionais e legais que embasam o SUS, definidor de atribuições comuns e competências específicas à União, aos estados, ao

– **Abordagem de gênero e feminismo:** muitos profissionais do Serviço Social na América Latina estão atentos às questões de gênero e feminismo, trabalhando para combater a violência de gênero e promover a igualdade de gênero em suas comunidades.

O Serviço Social na América Latina é um campo dinâmico e em constante evolução, enraizado em sua própria história e realidade. Os assistentes sociais na região desempenham um papel vital na luta por justiça social, na promoção dos direitos humanos e no fortalecimento das comunidades. Suas contribuições continuam a ser essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa na América Latina.

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA. REFLEXÕES E ATITUDES QUE POSSIBILITAM UMA PRÁTICA PROFISSIONAL MAIS DINÂMICA.**

A formação profissional do assistente social na sociedade brasileira é um processo complexo e fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento dessa categoria. O papel do assistente social é promover através de seu trabalho o bem-estar social, na defesa dos direitos humanos e na busca por soluções para as questões sociais que afetam a população. Portanto, sua formação deve ser sólida e atualizada para enfrentar os desafios contemporâneos.

A formação do assistente social no Brasil é oferecida principalmente por instituições de ensino superior, como universidades e faculdades, que oferecem cursos de graduação em Serviço Social. O curso de Serviço Social tem duração média de quatro anos e abrange uma ampla gama de disciplinas teóricas e práticas. Entre os principais temas abordados durante a formação, destacam-se:

– **Teoria social:** os alunos estudam as teorias sociais clássicas e contemporâneas, que ajudam a compreender as estruturas sociais, as desigualdades e os processos de mudança social.

– **Políticas sociais:** a formação inclui o estudo das políticas sociais no Brasil, abordando temas como saúde, educação, assistência social, previdência social, entre outros.

– **Metodologia de pesquisa:** os assistentes sociais são treinados para conduzir pesquisas sociais, coletar e analisar dados, o que é fundamental para a prática profissional baseada em evidências.

– **Ética e Direitos Humanos:** a ética profissional e a defesa dos direitos humanos são pilares da formação do assistente social, pois eles orientam a atuação do profissional em prol da justiça social e da equidade.

– **Prática profissional:** a formação inclui estágios supervisionados em diferentes contextos, como assistência social, saúde, educação, justiça, entre outros, para que os estudantes adquiram experiência prática.

Além disso, ao longo de sua formação, o assistente social é incentivado a desenvolver habilidades de escuta ativa, empatia, negociação e mediação, que são fundamentais para o trabalho com indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, a formação do assistente social está em constante atualização para acompanhar as mudanças na sociedade e nas demandas da profissão. Os assistentes sociais são desafiados a compreender as complexidades das questões sociais contemporâneas, como desigualdade de gênero, racismo, pobreza, migração, entre outras, e a buscar soluções inovadoras para esses problemas.

É importante ressaltar que a formação do assistente social não se encerra na graduação. A educação continuada e o aprimoramento constante são práticas essenciais para que esses profissionais possam atuar de forma eficaz na sociedade brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

**LEIS INTEGRACIONISTAS E INCLUSIVAS.**

As leis integracionistas e inclusivas são instrumentos legais desenvolvidos para promover a igualdade, a diversidade e a coesão social em uma sociedade. Elas são projetadas para criar um ambiente em que todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, gênero, orientação sexual, deficiência ou qualquer outra característica, tenham igualdade de oportunidades e se sintam parte integrante da comunidade.

Essas leis têm como objetivo principal eliminar a discriminação e garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos mesmos direitos e benefícios. Elas podem abranger diversas áreas, como educação, trabalho, saúde, habitação, transporte e muito mais. Aqui estão alguns princípios-chave das leis integracionistas e inclusivas:

– **Não discriminação:** essas leis proíbem explicitamente a discriminação com base em características protegidas, como raça, gênero, religião, orientação sexual, deficiência, idade e nacionalidade. Isso significa que ninguém deve ser tratado de forma desigual ou injusta por causa dessas características.

– **Acessibilidade:** as leis inclusivas muitas vezes exigem que instalações públicas, serviços e comunicações sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiências físicas ou cognitivas. Isso visa garantir que todos possam participar plenamente na sociedade.

– **Promoção da diversidade:** essas leis não apenas proíbem a discriminação, mas também promovem ativamente a diversidade. Elas reconhecem que a diversidade é uma força positiva e incentivam a inclusão de pessoas de diferentes origens e perspectivas em todos os aspectos da vida.

– **Ações afirmativas:** em alguns casos, as leis integracionistas podem incluir medidas de ação afirmativa para corrigir desigualdades históricas. Isso pode envolver políticas que promovem a inclusão de grupos minoritários em áreas onde eles têm sido historicamente sub-representados.

– **Educação e conscientização:** além de proibir a discriminação, essas leis muitas vezes promovem a educação e a conscientização sobre questões relacionadas à igualdade e à diversidade. Isso ajuda a criar uma cultura de respeito e tolerância.

– **Responsabilidade legal:** as leis integracionistas estabelecem responsabilidades legais para indivíduos, organizações e instituições que violam os princípios de igualdade e inclusão. Isso permite que as vítimas de discriminação busquem reparação e justiça.

É importante destacar que as leis integracionistas e inclusivas desempenham um papel na construção de sociedades mais justas e igualitárias. Elas não apenas protegem os direitos individuais, mas também contribuem para o fortalecimento das comunidades e para o progresso social como um todo. Contudo, a eficácia dessas leis depende da sua aplicação efetiva, da conscientização da sociedade e do compromisso contínuo com os princípios de igualdade e inclusão.

b- utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

c- abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

d- participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4º É vedado ao/à assistente social:

a- transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;

b- praticar e ser conivente com condutas antiéticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros/as profissionais;

c- acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;

d- compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais;

e- permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/à aluno/a estagiário/a;

f- assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente;

g- substituir profissional que tenha sido exonerado/a por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;

h- pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;

i- adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;

j- assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.

### TÍTULO III DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

#### CAPÍTULO I DAS RELAÇÕES COM OS/AS USUÁRIOS/AS

Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:

a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;

b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;

c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;

d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;

g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;

h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

Art. 6º É vedado ao/à assistente social:

a- exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses;

b- aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário/a, para obter vantagens pessoais ou para terceiros;

c- bloquear o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos.

#### CAPÍTULO II DAS RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS E OUTRAS

Art. 7º Constituem direitos do/a assistente social:

a- dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;

b- ter livre acesso à população usuária;

c- ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais;

d- integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.

Art. 8º São deveres do/a assistente social:

a- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;

b- denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;

c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;

d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;

e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as.

Art. 9º É vedado ao/à assistente social:

a- emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;

b- usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concurso ou processos seletivos;